

**INSTITUTO ZOOTÉCNICO DE UBERABA: BREVE VIGÊNCIA DE 1895 A 1898.***The Zootechnical Institute of Uberaba: a short existence from 1895 to 1898*Vera Lúcia Abrão Borges<sup>1</sup>  
Sonaly Pereira de Souza Machado<sup>2</sup>**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo apresentar o segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada *História do Instituto Zootécnico de Uberaba: Uma Instituição de Educação Rural Superior (1892-1912)*. Trata-se de uma pesquisa da temática de História das Instituições Escolares do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU/MG. O problema deste pesquisa centra-se na educação superior voltada para a área rural, no período da Primeira República. Para a pesquisa usou-se o levantamento, a coleta, a organização e a análise das fontes encontradas em museus locais e regionais. A metodologia proposta foi coleta, estudo, análise e interpretação das fontes do tema em estudo. O referencial teórico fez-se no estudo de obras, teses e monografias de vários autores, referentes à abordagem teórica e metodológica, aos contextos brasileiro e mineiro e à temática enfocada. Sobre os resultados, ressalta-se a importância da criação do Instituto Zootécnico de Uberaba, situado na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, Brasil.

**Palavras-chave:** Ensino Superior Agrícola, Educação Rural Superior, História das Instituições Escolares.

**ABSTRACT**

This article aims to present the second chapter of the dissertation entitled *History of the Institute of Uberaba Zootechnics: An Institution of Rural Higher Education (1892-1912)*. This is a research on the subject of History School of the institutions of the Masters in Education at the Federal University of Uberlândia - UFU / MG. The problem of this research focuses on higher education focused on the rural area, during the First Republic. For the research used to lifting, the collection, organization and analysis of the sources found at local and regional museums. The proposed methodology was gathering, study, analysis and interpretation of the sources of the study topic. The theoretical framework was made in the study of books, theses and papers of various authors, concerning the theoretical and methodological approaches, the contexts and Brazilian mining and the theme,. About the results, we stress the importance of creating the Institute Zootechnics of Uberaba, situated in the Triangulo Mineiro region, Minas Gerais, Brazil.

**Keywords:** Higher Agricultural Education Rural Education, History of educational institutions.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (1998). Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, na disciplina de Fundamentos da Educação, com ênfase em História da Educação. E-mail: veralucia@ufu.br

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: sonalymachado@gmail.com

## Introdução

É o espetáculo das atividades humanas que forma o objeto particular da história. Só há uma ciência dos homens no tempo, que, sem cessar, precisa de unir o estudo dos mortos ao dos vivos  
(BOURDÉ & MARTIN, s.d.)

O Brasil, de 1822 até 1889, viveu um regime político monárquico<sup>3</sup>, imperialista, em que todas as decisões estavam ligadas ao Imperador e às pessoas por ele nomeadas para exercerem os altos cargos públicos e políticos. No final dos oitocentos, dois grandes acontecimentos marcaram, fortemente, a história do Brasil: a falta de mão-de-obra devido à abolição da escravatura, em 1888, e uma nova forma de governo em decorrência do advento da República, em 1889.

O país viu-se, portanto, diante de duas situações que demandavam ações urgentes. A primeira, não perder sua capacidade produtora, agroexportadora, uma vez que tinha de cumprir compromissos com seus compradores, principalmente os Estados Unidos e a Europa; e a segunda, preencher o vazio deixado pela mão-de-obra escrava. Com a Proclamação da República, em 1889, apenas um ano após a abolição da escravatura, a necessidade primordial que se instalou em todo o país foi suprir a falta de mão-de-obra para o trabalho.

Assim, iniciou-se um novo movimento na sociedade brasileira e a imigração e migração foram amplamente incentivadas. A facilidade de imigração da Europa, devido à pobreza, às dificuldades de sobrevivência e à superpopulação em alguns países, somou-se à necessidade de serem ocupados os grandes espaços com população inexistente (ou quase) no Brasil, devido à sua vasta extensão territorial (PETRONE, 1985, p.92). Na mesma proporção ocorreu a migração com o objetivo de povoar o Estado de Minas Gerais, vasto em extensão, mas com poucos habitantes.

A grande quantidade de imigrantes que adentrou o país pelo porto de Santos, sem nenhuma fiscalização sanitária, se instalou, inicialmente, nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, provocando uma desordem social. Como tais cidades não tinham estrutura física para comportar todo esse contingente de novos moradores, surgiram os cortiços e o aumento da promiscuidade, o que, juntamente com a falta de infraestrutura e de saneamento básico, provocou e espalhou rapidamente as grandes epidemias de febre amarela, cólera e peste.

Portanto, era urgente a necessidade de reorganizar e (re)disciplinar a cidade. Surgiu então o movimento higienista, cujo objetivo, por um lado, era higienizar o espaço quanto à saúde; por outro lado, era importante limpar também as mentes, pois esse pensamento fazia parte da modernidade.

Outro assunto que esteve em pauta foi erradicar o analfabetismo que passou a ser, também, palavra de ordem para os governantes, portanto, a salvação para o povo

---

<sup>3</sup> Não se pretende tecer um estudo específico sobre a monarquia e o império. Para isso sugere-se a leitura de Emília Viotti da Costa – Da monarquia à República: momentos decisivos. UNESP. 2007.

brasileiro estava na educação e no ensino. A alfabetização surgiu como uma “questão nacional por excelência” (NAGLE, 2003, p.227).

A forte pressão exercida pelos novos governantes brasileiros para que o mesmo se tornasse uma nação industrial foi outro fato marcante do início da República. Imbuídos desse pensamento, os republicanos defenderam o desejo pelo progresso expondo, em sua fala, que “o abandono das nossas indústrias impediu o nosso desenvolvimento e nos deixou viver no regime da rotina e do atraso” (NAGLE, 2003, p.212). Para Carvalho (2003, p.224), “a República instaurou o signo do progresso. A ideologia pelo desenvolvimento e pelo progresso passou a ser alvo de todos os debates políticos do país”.

Assim, o pensamento republicano foi permeado pela idéia de que escolarizar as pessoas era fundamental para tirar o país do atraso cultural e industrial em que se encontrava. Apesar de haver vários outros problemas instalados na sociedade como, por exemplo, a pobreza, a urgente necessidade de controle sobre a migração e a imigração, o movimento higienista, as graves crises de saúde devido às várias epidemias, a elite intelectual da Primeira República colocou na pauta dos governantes a questão da escolarização como o item de prioridade para o desenvolvimento do país.

Com a Constituição de 1892 os estados passaram a ter quase total liberdade para gerir suas necessidades, inclusive as educacionais, desde que não ferissem a Constituição Republicana. Ao atribuir aos estados a responsabilidade pela organização e implementação da instrução, o governo central isentou-se de qualquer proposta de formação de um sistema político unificado de ensino que pudesse contribuir para o desenvolvimento mais homogêneo da educação nacional.

Nesse contexto de profundas transformações sociais, culturais e de expressivo desenvolvimento econômico e político que se instalaram por todo o país é que começaram a surgir em Uberaba as articulações para a instalação do Instituto Zootécnico. Era necessário que a educação chegasse, também, ao homem do campo para que o mesmo produzisse mais e melhor, com racionalidade de tempo, recursos financeiros, humanos e conseqüentemente obtendo maior lucratividade.

Marcados pelo movimento do “entusiasmo pela educação”, que se iniciou em 1894 e durou até meados dos anos 1920, a elite política e os intelectuais encontraram forças para buscar a melhoria do ensino (NAGLE, 1985, p.279). Esse acontecimento também permeou o ensino rural, no sentido de reforçar a moralização e a modernização das técnicas de produção do trabalho no campo. Ancorados nesse pensamento a elite política de Uberaba iniciou, assim, uma articulação junto ao presidente do Estado, para a implantação de uma escola de ensino superior no município.

Em de 1892, Uberaba possuía 20.000 habitantes, sendo que deste total apenas 590 jovens estudavam nas escolas uberabenses, considerando todos os níveis de ensino, ou seja, apenas 3% da população em idade escolar - número pouco expressivo face ao número de habitantes. O ensino público abrigava 363 alunos e as escolas particulares 227, (GAZETA DE UBERABA, 21/05/1892). Em 30/06/1892, alegando uma recomendação da inspetoria geral da instrução pública do estado, o governo suprimiu todas as cadeiras noturnas das escolas estaduais uberabenses, o que reduziu ainda mais a oferta de ensino para a população estudantil (MINAS GERAES, 02/07/1892).

Curiosamente, apesar da ordem expedida pelo governo do Estado, foi em meados de 1891, que a Câmara Legislativa Estadual ampliou o debate acerca da reorganização da instrução pública no Estado, que resultou na reorganização do ensino mineiro instituído por meio da Lei 41 de 03/08/1892 e que culminou na abertura de várias escolas em 1894, provavelmente, engajada no pensamento de que, por meio da instrução se elevaria o nível de civilidade do país.

A Câmara Legislativa Mineira aprovou a Lei Nº. 41, de 3 de agosto de 1892, por meio da qual o Estado propôs uma reforma ampla para a instrução pública em Minas Gerais no ano de 1891. Foi um dispositivo que criou e regulamentou o ensino público desde o nível primário, passando pelo elementar, secundário, técnico e superior. Para sua aprovação, a Câmara legislativa mineira teceu várias discussões até que se chegasse à redação final da mesma, pois essa lei também teve de acompanhar e atender juridicamente os ideais de modernidade instalados na primeira República.

Assim, na 81ª Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais, realizada no dia 8 de outubro de 1891, Alexandre Barbosa e outros dois deputados propuseram uma emenda ao Projeto de Lei Nº. 41, encaminhando a proposta da abertura de duas escolas de ensino superior, sendo o Instituto Zootécnico em Uberaba e o Instituto de Agronomia em Leopoldina. A imprensa uberabense noticiou esta proposta na seguinte matéria:

O Instituto Zootechnico viria a ser um abundante foco de luz que regenerará a industria pastoril nesta região. Nesse Instituto serão creados animais de raça, que irão melhorar a criação já existente: ahí se estudarão as enfermidades do gado, o meio de curá-las. Ahi se applicarão os processos necessários para a utilização mais econômica e rendosa dos productos da industria pastoril. Certos estamos de que o illustre presidente deste Estado não deixará de providenciar no sentido de ser dado começo a essa instituição [...] (Jornal Correio Católico, 1892 *apud* CORREIO CATÓLICO, 04/12/1960, p.5).

Esta instituição, ao nascer, já foi concebida para ser um instrumento de levar a “luz” do conhecimento aos fazendeiros uberabenses. Nessa época já havia, no município, a preocupação com o melhoramento genético, na tentativa de melhorar a raça de gado Zebu, com o objetivo de encontrar uma linhagem genética cada vez mais resistente ao clima e ao solo de Uberaba. Também já se percebe o forte sentido capitalista quando citado que a indústria pastoril necessitava de uma utilização mais econômica e rentável, proporcionando, assim, maiores lucros aos pecuaristas locais.

Nesse contexto, o Instituto Zootécnico de Uberaba foi inaugurado no dia 5 de agosto de 1895, com a finalidade de formar profissionais cientificamente preparados para orientar a produção pecuária e teve, inicialmente, uma turma composta por vinte e um alunos. Em 1898 apenas oito conseguiram se formar e obtiver o diploma de engenheiro agrônomo.

Assim, serão reconstruídas algumas das ações desenvolvidas para a instalação e o funcionamento desse Instituto, a partir das seguintes categorias: 1) *prédio*: adequações físicas, aquisição dos equipamentos/mobiliário e organização do espaço; 2) *clientela escolar*: critérios de seleção e graduação dos alunos; 3) *distribuição do tempo escolar*:

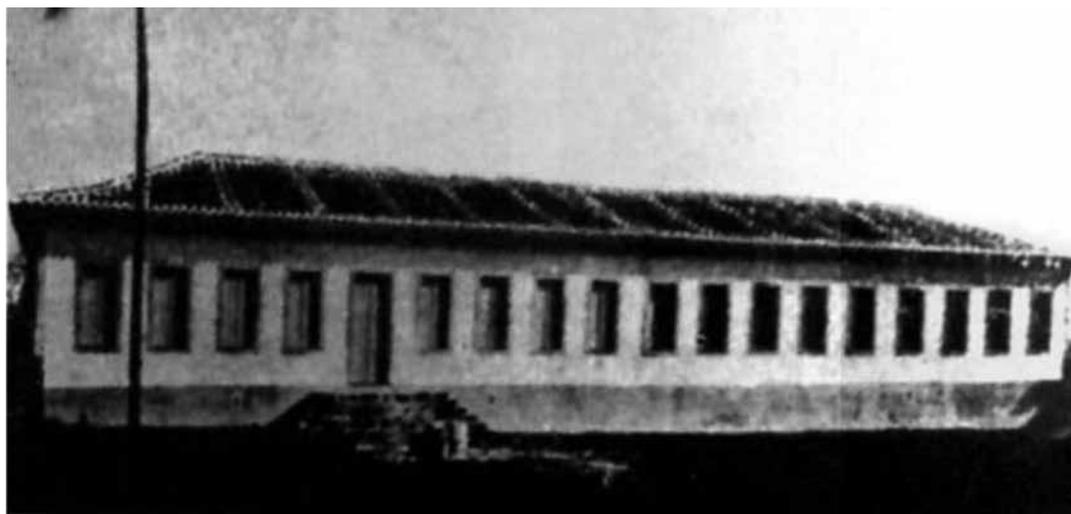
calendário e horário das aulas; 4) *professores e funcionários*: recrutamento e formação; e 5) *saber escolar*: conteúdo escolar, forma de avaliação e o plano de aula. Tais categorias permitirão compreender o período tão efêmero de vigência desta instituição.

### 1- Prédio: adequações físicas, aquisição dos equipamentos/mobiliário e organização do espaço.

O Instituto Zootécnico de Uberaba foi instalado em uma fazenda que fora desapropriada pelo governo do estado de Minas Gerais para abrigar essa nova instituição de ensino. Até a Primeira República era comum na educação brasileira, que as escolas, independentemente do grau, funcionassem em locais improvisados ou readequados para tal, assim como também era comum que tais espaços não oferecessem condições de salubridade e higiene favoráveis às instalações de instituições de ensino (CUNHA, 2003; GONDRA, 2003).

Desta forma o prédio da fazenda passou por algumas adequações físicas para que aquele espaço funcionasse como salas de aula e laboratórios conforme preconizava o regulamento interno da referida instituição, bem como a aquisição de animais para as aulas práticas. Durante o funcionamento do Instituto, o Jornal Gazeta de Uberaba noticiou várias vezes a falta de animais em quantidade e qualidade adequadas para as aulas práticas, tecendo em suas reportagens severas críticas pela falta de atenção do governo.

O pagamento a alguns fornecedores somente foi feito em março de 1898, isto é, sete meses antes do fechamento do Instituto. Apesar de não ser apresentada a quantidade dos materiais comprados, entende-se que, embora o governo tenha procurado atender ao Decreto nº 975, de 27 de outubro de 1896, não houve muito empenho na manutenção das necessidades diárias. O governo mineiro àquela época não manteve orçamento em quantidade suficiente para prover o funcionamento da instituição.



Siluetas 1 – Prédio do Instituto Zootécnico de Uberaba.

Fonte: Livro de História da ABCZ (1997, p.117) – Museu do Zebu – Uberaba/MG.

As salas de aula localizavam-se dentro da sede da fazenda. Pela figura 1, percebe-se que era uma casa grande, com muitos cômodos, mas não se pode afirmar se esta estrutura era adequada ao que o Instituto propunha. Não foi possível um olhar no interior da estrutura física do Instituto Zootécnico, pois esta é a única imagem que se tem da casa da fazenda onde foi instalada a instituição. Percebe-se que se tratou de uma construção com muitas janelas, o que era comum na arquitetura da época, indicando, até mesmo, a condição socioeconômica de quem a construiu.

## 2.2 - Clientela escolar: critérios de seleção e graduação dos alunos.

Segundo Veiga (2003); Vidal (2004); Buffa (2002); e Faria Filho (2003), os estudos sobre a história da educação brasileira revelam que, durante a Primeira República, as poucas escolas públicas existentes no país eram frequentadas, em sua grande maioria, por filhos das famílias da classe média. Essa foi também a clientela dos cursos superiores instalados no Brasil no período republicano, pois os latifundiários queriam filhos bacharéis ou doutores, com os quais conseguiriam bom desempenho das atividades políticas, como também aumentariam o prestígio familiar (CUNHA, 2003, p.157).

Assim, os filhos da elite tinham acesso ao ensino de melhor qualidade, enquanto os filhos de famílias pobres - os desvalidos da sorte ou desfavorecidos da fortuna - estudavam em locais sem qualificação ou ficavam relegados à aprendizagem de um ofício ou de ocupações profissionais que os capacitavam para atividades mais grotescas (NAGLE, 1964; FRIGOTTO, 2005).

Desta forma, percebe-se que os alunos que frequentaram o Instituto, foram oriundos de famílias abastadas da sociedade uberabense, pois, provavelmente, muitos tiveram professores particulares ou saíram da cidade para estudar, para conseguirem ser aprovados no processo seletivo, o que à época somente era possível às famílias mais ricas

Quanto à seleção dos primeiros alunos, esta se deu de 5 a 15 de dezembro de 1894, na Escola Normal de Uberaba, por meio de realização de provas escritas. Para ingressar no Instituto, o aluno deveria atender aos seguintes critérios, conforme art. 93 do Regulamento Interno:

Para ser admitido a matrícula no 1º ano o candidato deverá ter 15 anos de idade, pelo menos, provar por certidão ou atestado médico ter sido vacinado dentro dos últimos 5 anos, conforme é exigido pelo art.10 da Lei n. 12, de 13 de novembro de 1891, e apresentar certidão de aprovação em português, francês, história e geographia geral e do Brasil, mathemática elementar e noções de cosmografia.

A relação dos alunos aprovados foi publicada no Jornal Minas Geraes, com a seguinte redação:

[...] Arthur Costa, Celso Antonio Rosa, Fidelis Gonçalves dos Reis, Fausto Augusto de Paiva Teixeira, Hildebrando de Araújo Pontes, José dos Santos e Luiz Ignácio de Sousa Lima, aprovados plenamente. Leônidas Antonio Rosa, José Maria dos Reis, Octavio Teixeira de Paiva e Eduardo Affonso de Castro, aprovados simplesmente.

Foi dispensado de prestar exame de habilitação o aluno Alexandre de Sousa Barbosa, por ser normalista e professor da escola normal da alludida cidade (MINAS GERAES, 03/01/1895, p.5).

Esse processo seletivo permitia que os alunos aprovados simplesmente – ou seja, aqueles que não conseguiram ser aprovados em todas as matérias exigidas para o ingresso no curso superior – frequentassem as aulas como ouvintes e prestar, no final do ano, novos exames das matérias nas quais não haviam sido aprovados.

As aulas do Instituto Zootécnico de Uberaba iniciaram-se em agosto de 1895, sendo que se matricularam, no primeiro ano do curso, nove alunos regulares e doze passaram a assistir às aulas como ouvintes. Ao final do primeiro período letivo, nos exames finais, apenas oito alunos conseguiram ser aprovados e passaram para o segundo ano (GAZETA DE UBERABA, 30/07/1899).

No dia 05 de junho de 1898, o Instituto Zootécnico de Uberaba graduou a primeira e única turma de engenheiros agrônomos, composta pelos seguintes alunos: José Maria dos Reis, Fidélis Gonçalves dos Reis, Militino Pinto de Carvalho, Hildebrando de Araújo Pontes, Delcídes de Carvalho, Otávio Teixeira de Paiva, Luiz Ignácio de Sousa Lima e Gabriel Laurindo de Paiva.

Esse acontecimento foi recebido com muita festa por toda a sociedade uberabense e região. A solenidade de formatura foi aberta às 12 horas daquele dia, pelo diretor, Dr. Draenert, que discursou e fez a entrega dos diplomas. A solenidade foi noticiada pelo Jornal Gazeta de Uberaba:

[...] feita a chamada dos graduandos pela classificação que obtiveram nos exames finais, procedeu o digno director a collação do grau com as formalidades de estylo, exhortando e abraçando a cada um de per si e á todos os graduados, que foram igualmente felicitados ao receberem de seus mestres, membros presentes da congregação, o amplexo symbolico de confraternisação e colleguismo. Nos intervallos ouviam-se bellas e entusiasticas harmonias de duas bandas de musica postadas em um dos salões do estabelecimento. Nesse momento em que a alegria irradiava dos semblantes das pessoas presentes a tão tocante solemnidade, foi dada a palavra a um dos recém-graduados, o jovem engenheiro agrônomo Fidelis Gonçalves dos Reis, que desempenhou cabalmente a honrosa incumbência de fallar em nome de seus colegas, prendendo a atenção do auditorio pela correcção da phrase e elevação dos conceitos quando dissertava sobre as responsabilidades inherentes aos títulos que lhes eram conferidos, e sobre a missão que lhes incumbia desempenhar na lavoura nacional (GAZETA DE UBERABA, 09/06/1898, p.1).

A conquista do diploma, certamente, proporcionou aos familiares destes alunos um grande orgulho, uma vitória alcançada em meio a tantas dificuldades para se conseguir o diploma de curso superior.

### 2.3-Distribuição do tempo escolar: calendário e horário das aulas.

A organização do Instituto Zootécnico de Uberaba foi regida por um regulamento interno. A elaboração do regulamento interno de qualquer instituição, seja ela educativa ou não, tem como objetivo principal garantir e promover a aquisição e a manutenção de atitudes e valores fundamentais ao exercício de uma cidadania responsável, por parte de toda a comunidade educativa, bem como valorizar a escola enquanto espaço de educação.

Nessa organização escolar, considerada como uma organização social e política são discutidas as questões de controle, da democracia e da participação, da pluralidade, das racionalidades e estratégias no espaço organizacional, dos conflitos, poderes e autoridade, da liderança e mudança e da “regulação autônoma” e da “regulação de controle” (REYNOLD 1988, p.5-18).

Segundo Viñao Frago (1995), o espaço escolar (território, lugar, simbologia) diz e comunica; portanto, educa. Destaca, ainda, que:

[...] o tempo social e humano, múltiplo e plural, é um aspecto da construção social da realidade [...] o tempo é uma relação e não um fluxo, uma faculdade humana específica, o ato de ‘representação’ que coloca em foco, de modo conjunto e relacionado, o que acontece mais cedo ou mais tarde, antes ou depois (VIÑAO FRAGO, 1995, p.72).

Como pedagogias, tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a interiorização de comportamentos e de representações sociais, e atuam como elementos na construção social e histórica da realidade (VIÑAO FRAGO, 1995, p.72).

Assim, administrar o tempo escolar é, também, administrar a realização diária das aulas, a distribuição das disciplinas num determinado tempo para sua execução, o calendário anual e os dias letivos, o período de matrícula, a data e a forma dos exames; enfim, é uma forma de controlar e regular as ações realizadas no espaço escolar. Todos esses mecanismos reguladores foram percebidos durante leitura e interpretação dos dados coletados nas fontes, principalmente no Regulamento Interno.

O Regulamento Interno possuiu 15 capítulos e 149 artigos tratando dos seguintes aspectos: objetivos; da organização do ensino; do material didático; do pessoal administrativo; da secretaria, auxiliares e biblioteca; do corpo docente; da congregação; do concurso para os cargos do magistério; das provas do concurso; da matrícula; dos exercícios escolares; dos exames; das licenças dos professores; da parte disciplinar relativa aos alunos; e, por fim, das disposições gerais.

O curso, conforme estabelecido no art. 2 do Regulamento Interno, tinha duração de três anos, dois anos a menos do que o dos cursos paulistas, sendo que para cada disciplina teórica havia um tempo equivalente para as aulas práticas. Quanto ao horário de funcionamento das aulas, encontrou-se que pela manhã eram ministradas as matérias teóricas e à tarde, as práticas, de forma que o período de permanência dos alunos no Instituto era bastante longo, pois se tratava de um curso multiperifódico.

Tendo em vista o controle do tempo das atividades, bem como do comportamento dos alunos, o diretor tinha autoridade total sobre todas as ações desenvolvidas no Instituto, tudo isso com o objetivo de se garantir a ordem e a disciplina.

O art. 97 diz que as aulas ou lições durariam pelo menos hora e meia, mas não ultrapassariam duas horas, e que os professores deveriam destinar parte do tempo para arguirem os alunos sobre as matérias lecionadas anteriormente.

No art. 99, todas as semanas e nos dias determinados pelo horário, os substitutos examinarão os alunos sobre as matérias ensinadas pelos lentes. Nota-se um rigoroso controle do tempo, pois, além das aulas teóricas diárias, o aluno era arguido semanalmente, em dias e horários determinados. Ainda com relação ao tempo escolar e a frequência às aulas, pode-se notar que:

Fala bem alto o interesse que os lentes e alumnos tinham pelo ensino, quando, distante o Instituto da cidade mais de três quilômetros, era de admirar a assiduidade de todos, ainda mesmo nos dias mais temerosos da estação chuvosa, que não poucos mezes domina nesta região e de modo bastante acentuado [...] (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899).

Quanto ao horário de funcionamento das aulas, encontrou-se que pela manhã eram ministradas as matérias teóricas e à tarde, as práticas, de forma que o período de permanência dos alunos no Instituto era bastante longo, pois se tratava de um curso multiperiódico. Portanto, a carga horária das aulas era também bastante exigente, conforme citado abaixo:

[...] as aulas começavam às 9 horas da manhã e, muitas vezes, só depois das 4 da tarde é que terminavam os trabalhos práticos, ora sob o rigor de um sol abrasador, ora sob temporaes, que fariam desanimar aos menos apaixonados pelos estudos agrônômicos (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899).

Durante o primeiro ano, as aulas práticas duravam duas horas; no segundo ano, essa carga horária aumentou para três horas; e no terceiro, passaram a contar quatro horas. Conforme as reportagens do Jornal Gazeta de Uberaba e também o Livro de Receitas do Instituto Zootécnico, percebe-se que no último ano os alunos davam assistência aos fazendeiros locais quanto ao atendimento aos animais e também à população, quanto à venda de vários produtos cultivados no Instituto.

O aumento na carga horária das aulas práticas do último ano funcionava como uma espécie de estágio, dando oportunidade ao aluno de realmente aplicar os conhecimentos adquiridos. É também importante considerar que o ano escolar adotado no Instituto tinha duração de dez meses letivos (MINAS GERAES, 1896), superior à média atual, que costuma girar em torno de nove meses letivos. Além disso, consta no artigo 100 do Regulamento Interno que os trabalhos escolares “poderão se prolongar durante as férias e se realizar, quando for necessário, nos domingos e dias feriados” (MINAS GERAES, 1896, p.370), o que tornava a carga horária mais extensa ainda, pois esses trabalhos eram incorporados aos dias letivos<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Dias letivos referem-se aos dias do calendário escolar dedicados ao efetivo trabalho escolar, ou seja, às atividades pedagógicas, mesmo fora da sala de aula, necessariamente relacionadas à disciplina ou área de conhecimento. O calendário escolar conta, portanto, com um ano letivo (formado por dias letivos) que é diferente do ano civil (que vai do dia 1º de janeiro a 31 de dezembro) (MENEZES, 2002).

Mesmo diante de uma carga horária tão extensa, ainda se podia observar a assiduidade dos alunos, conforme publicado em um jornal local:

[...] distante o Instituto da cidade mais de três quilômetros, era de admirar a assiduidade de todos, ainda mesmo nos dias mais temerosos da estação chuvosa, que não poucos mezes domina nesta região e de modo bastante accentuado... O regimen das aulas, fiscalizadas com o maior escrúpulo; o systema do ensino, modelado dos mais rigorosos institutos, foram todos aceitos pelos meus illustres condiscipulos, que correspondiam a todas estas exigências com a nítida compreensão de quem estava perfeitamente cõncio do papel que ia representar na sociedade dentro de pouco tempo. Muitos delles, embora jovens, nunca se afastaram das normas que recommendam o homem bem educado (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899, p.1).

Pelo exposto na matéria acima, pode-se notar duas informações importantes: primeiro que os alunos eram assíduos às aulas, mesmo tendo de se locomover cerca de doze quilômetros por dia para frequentá-las, considerando que essas iniciavam pela manhã e os alunos voltavam para suas casas na hora do almoço e retornavam para a escola para as aulas práticas, no período da tarde.

E, em segundo lugar, que os alunos tinham consciência da importância do estudo que estavam adquirindo, pois, por meio dele, desempenhariam relevante papel na sociedade uberabense.

De acordo com as fontes analisadas, as aulas tiveram seu início em 1895, mas o Regulamento Interno do Instituto somente foi aprovado no Decreto 975, de 27 de outubro de 1896, apesar de ter sido publicado no Jornal Gazeta de Uberaba em 30/08/1894. Percebe-se, ainda, que o regulamento expressava o zelo em regular, vigiar e controlar a forma de funcionamento da instituição, devido ao desempenho da autoridade conferida ao diretor.

Tendo em vista o controle do tempo das atividades, bem como do comportamento dos alunos, o diretor tinha autoridade total sobre todas as ações desenvolvidas no Instituto. Tudo isso com o objetivo de se garantir a ordem e a disciplina, como se pode observar no item abaixo:

§ 12. Exercer a polícia no recinto do Instituto, procedendo pelo modo prescripto neste regulamento contra os que perturbarem a ordem e empregar a maior vigilância na manutenção dos bons costumes (DECRETO 975, de 27/10/1896, art.9º, parágrafo 12).

Por esse artigo, nota-se a rigidez deste estabelecimento de ensino, conferindo ao diretor a função de polícia, ou seja, dando-lhe atribuição de não somente vigiar e zelar pelos bons costumes e moral, mas também o poder de punir aqueles que perturbassem a ordem. Tal orientação está de acordo com os ideais nacionais de modernização e progresso. Segundo Xavier (1994, p.113), a polícia escolar se ocupava dos delitos comuns dos alunos dos cursos secundário e superior, transformava-se em polícia acadêmica. Desta forma, a ação dos professores e administradores era ampliada além da docência, para

a repressão aos delitos políticos. Assim eram consideradas as críticas ou manifestações contra decisões e medidas governamentais.

#### 2.4-Professores e funcionários: recrutamento e formação.

O Jornal Gazeta de Uberaba de 20 de agosto de 1894 noticiou a nomeação do diretor e professor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho: “O Minas Geraes de 12 do corrente, numero 216, traz o acto de nomeação do distinto diretor do Instituto, o Sr. Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho” (GAZETA DE UBERABA, 20/08/1894).

Apesar de nomeado em 1894, o professor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho, engenheiro agrônomo, assumiu oficialmente o cargo de diretor em 1895. Como diretor, foi incumbido da missão de organizar o início do funcionamento do referido Instituto.

A contratação dos funcionários que compuseram a equipe do Instituto deu-se para provimento dos seguintes cargos, com os respectivos salários, conforme descrito no Decreto 975, de 27/08/1896:

**Quadro 1 - Cargos e vencimentos do Instituto Zootécnico, 1896.**

Pessoal	Ordenado	Gratificação	Total
Lente Cathedratico	3.000\$000	3.000\$000	6.000\$00
Lente substituto preparador	2.100\$000	2.100\$000	4.200\$000
Chefe de cultura e criação	2.000\$000	2.000\$000	4.000\$000
Diretor	-----	3.000\$000	3.000\$000
Secretario bibliothecario	2.000\$000	2.000\$000	4.000\$000
Amanuense <sup>1</sup>	900\$000	900\$000	1.800\$000
Porteiro	900\$000	900\$000	1.800\$000
Continuo	500\$000	500\$000	1.000\$000
Servente	420\$000	420\$000	840\$000

Fonte: MINAS GERAES (1896)

No quadro 2 percebe-se que o número de funcionários não era grande, no que se refere à disponibilidade de cargos. O lente catedrático exercia a função de professor principal e, em sua ausência, era substituído pelo professor preparador. Para as aulas práticas havia outro professor designado para exercer tal função.

Apesar de esse item estar previsto no regulamento, percebe-se que, na prática, a função de professor catedrático e das aulas práticas foi desenvolvida pela mesma pessoa, devido à grande falta de professores por que o Instituto passou principalmente, em 1898, em que se nota, pelos escritos dos planos de aula, o acúmulo de funções. Os senhores Ricardo e Dreanert<sup>5</sup> exerceram simultaneamente as funções de professor e diretor, conforme será estudado mais adiante. Percebe-se, ainda, que, com relação ao salário,

<sup>5</sup> Draenert (03/12/1838 – 09/09/1903) nasceu em Weimar, Alemanha, e mudou-se para o Brasil em 1855, contratado pelo Barão de Paraguassu, Consul Geral do Brasil em Hamburgo, para educar os filhos de um abastado dono de engenho da Bahia. Nessa época, iniciou suas pesquisas científicas, estudando as moléstias da cana-de-açúcar. Participou da organização de uma Escola Agrícola na Bahia e, após sua inauguração (1877), foi professor da mesma. Em 1889, foi nomeado consultor técnico do Ministério da Agricultura e, em 1896, chamado para dirigir o Instituto Zootécnico de Uberaba. Em sua longa vida de pesquisador produziu mais de 1.000 artigos científicos, muitos expondo novas descobertas, que lhe renderam reconhecimento internacional.

os funcionários tinham de exercer uma espécie de “dedicação exclusiva”, pois isso lhes proporcionava a oportunidade de um vencimento dobrado.

Nota-se também que o salário de professor e diretor era o mesmo e que o diretor recebia uma gratificação pela função que exercia. Cabe ressaltar, ainda, que em 1898, ano de maior dificuldade do Instituto, um funcionário exerceu a função de secretário e bibliotecário, simultaneamente, talvez devido à dificuldade financeira que já assolava o governo do Estado de Minas Gerais.

O Regulamento Interno determinou, ainda, que os lentes contratados em países estrangeiros poderiam receber até 8.000\$000. As cadeiras disponíveis eram: Physica e Chimica; Botânica e Zoologia; Veterinária e Emprego Industrial dos Animaes e dos seus productos (LEI 41, de 03/08/1892).

Os professores eram contratados desta forma, conforme descrito no art. 260:

Os professores desses institutos serão contractados pelo presidente do Estado, d'entre profissionaes nacionaes ou estrangeiros notoriamente conhecidos, e o tempo maximo de contracto será de seis annos, podendo ser renovado (LEI 41, de 03/08/1892 art.260 ).

De acordo com o artigo 261, o cargo de diretor era nomeado pelo governador do Estado, dentre os próprios professores da instituição, o qual era encarregado da organização da escola, propondo à aprovação do conselho superior o respectivo regulamento e o regimento.

O artigo 262, além da função de docentes, conferiu outras atribuições aos professores:

Os professores de cada instituto, cujos vencimentos serão opportunamente fixados pelo Congresso sob proposta do presidente do Estado, além dos deveres peculiares a seu cargo são obrigados a:

- 1.º Crêar um museu;
- 2.º Redigir os annaes do instituto, os quaes serão publicados na folha official do Estado;
- 3.º Promover o estabelecimento de exposições regionaes permanentes de productos da Industria Agricola e Pastoril (LEI 41, de 03/08/1892art.262).

Percebe-se que os professores deveriam ter um comprometimento com o Instituto para conseguir atuar nas atividades citadas acima. Nas fontes estudadas não se pode comprovar se o museu foi criado; mas percebe-se que a tarefa de criá-lo estava de acordo com o pensamento moderno da época, pois se considerou que este se tornaria um espaço de conhecimento real para o aluno. Por um lado, constituía-se num espaço de preservação da memória, por meio da guarda de documentos e objetos; por outro, fornecia matéria prima para a investigação acerca do homem e do natural (VIDAL, 1999, p.99). Os museus escolares também tinham a função de ser um espaço destinado às coleções mineralógicas, botânicas e zoológicas, de instrumentos e de quanto for indispensável para o ensino concreto (MOACIR, 1941).

A importância desses museus se dava no momento da produção do conhecimento escolar, estando em sintonia com os “novos parâmetros científicos que identificavam na natureza a chave da decifração da realidade e do próprio homem” (VIDAL, 1999). Tais museus, assim como as bibliotecas, seriam pequenos lugares da memória, encravados na instituição. Apesar de os museus serem concebidos como espaços de construção do conhecimento, Vidal (1999, p.111) alerta, ainda, para o fato de que os alunos, em muitos desses ambientes, não manuseavam os objetos, exercendo sobre eles apenas o olhar, pois as peças normalmente ficavam guardadas em armários com portas de vidro.

Com relação às exposições regionais, não foram encontrados registros que ratificassem o seu acontecimento, mas as fontes indicam que houve a comercialização de produtos cultivados pelos próprios alunos, tais como milho, hortaliças, lã, dentre outros.

Percebe-se que os professores estavam engajados numa nova concepção de educação, consoante com o pensamento de modernidade, a qual proporcionava ao aluno a possibilidade de aprender fazendo, durante as aulas práticas realizadas no período da tarde.

O critério de seleção dos professores era bem rígido e, segundo o regulamento interno, composto por quatro etapas que eram eliminatórias: a primeira delas era a prova escrita, em que o candidato tinha um tempo de, no máximo, quatro horas para responder às questões de conhecimento específico da cadeira a qual estava se candidatando. Após aprovado nesta etapa, o candidato se submetia a uma prova oral, na qual era sorteado um tema. Para a realização dessa prova, o candidato dispunha de uma hora e meia.

A terceira etapa era a prova prática, em que o candidato dispunha de tempo diferenciado, de acordo com uma área de conhecimento específico. A última etapa da seleção era uma prova de improviso, em que o candidato sorteava um tema que deveria apresentar à comissão julgadora. O candidato à vaga de professor tinha uma hora e meia para realizar essa prova, cuja pontuação máxima era de 20 pontos. O resultado final era divulgado dentro de oito dias. Se o governador do Estado julgasse que alguma formalidade do processo de seleção não havia sido cumprida, poderia anular o referido concurso.

Como pode ser observado, o critério de seleção dos professores, proposto na forma da lei, era bem rigoroso e talvez por isso se explique a qualificação dos mesmos. Apesar de toda a exigência feita no regimento para a contratação dos professores, não foi encontrado nenhum documento que comprovasse realmente o cumprimento desse processo.

Acredita-se que, ao contrário disso, os cargos talvez tenham sido supridos por simples nomeação, uma vez que alguns professores eram estrangeiros, sendo, pois, convidados para ocupar tais cargos. Supõe-se que poderia haver contratação de professores a partir de indicações, pois o Regulamento Interno não havia sido aprovado.

O que também fortalece a hipótese de que os professores tenham sido indicados são os ofícios encontrados no Arquivo Público Mineiro, dentre os quais se destaca o de nº 114, de 27 de março de 1897, redigido pelo secretário de Agricultura e endereçado ao secretário da Fazenda, Sr. David Campista, conforme transcrição abaixo:

Ao Dr. David Campista

Recommendo-vos que contrateis o Sr. Amedée (Cellier) (Boulevard Painte Germain, 53 bis, Paris) veterinário formado pela Escola d’Alfart para reger a cadeira de arte

veterinária e hygiene agrícola do Instituto Zootechnico de Uberaba, nos termos do regulamento em vigor, sob as seguintes condições:

Vencimentos annuaes de 8.000\$000s; ajuda de custo de 4.000\$000 para despesas de viagem.

Duração do contrato por 3 annos; passagem de Uberaba a Bordeon si, findo o prazo do contrato ou rescindido esse por motivo de força maior reconhecido pelo governo, pretender o sr Amedée regressar a Paris. Perderá, porém, o direito á passagem de volta si a rescisão fôr determinada por motivo de interesse próprio do contratado.

Celebrado o contrato, podeis pôr á disposição do sr Amedée 1.200 frs. Para a compra de material necessário ao ensino da cadeira que terá de reger, segundo as instrucções que lhe serão dadas pelo inspector geral do ensino agrícola.

Julgo também entender-se elle com o sr Paul Nicard sobre a transferencia para o Brasil do gado, este comprado pela conta do Estado e com o mesmo si julgamento houver, podeis entender sobre a compra do material destinado ao Inst<sup>o</sup> Zootechnico de Uberaba (OFÍCIO n<sup>o</sup> 114, de 27/03/1897).

Não se encontrou nos exemplares do Jornal Minas Geraes, à época, nenhuma publicação de abertura de concurso para professores do Instituto. Por outro lado, também no livro de nomeações não há menção sobre a forma como foram contratados, e sim da nomeação dos mesmos para esse ou aquele cargo.

## 2.5 Saber escolar: conteúdo escolar, forma de avaliação e plano de aula

Não se pretende, neste item, fazer uma análise do currículo escolar, mas uma reflexão acerca das matérias propostas no curso realizado no Instituto Zootécnico de Uberaba, as formas de avaliação e o plano de aula. Na tentativa de compreender quais foram os pressupostos que embasaram a oferta das matérias é que se estudou a formação da grade curricular proposta para os três annos de formação de engenheiro agrônomo.

Percebe-se que o conteúdo proposto na grade curricular do Instituto foi um instrumento de poder utilizado pela classe dominante para atender às necessidades específicas de promover o conhecimento científico para ser utilizado na melhoria da produção rural daquela época.

Apesar de a grade curricular e o Regulamento Interno preverem um ensino esmerado, percebe-se que, na prática, não foi isso o que aconteceu, pois o Instituto sofreu com a falta de recursos financeiros e funcionou em instalações físicas precárias.

Conforme o artigo da Lei 41 de 03/08/1892 deveria ser oferecido as cadeiras de “Physica e Chimica; Botânica e Zoologia; Veterinária e Emprego Industrial dos Animaes e dos seus productos”. Os conteúdos de física e química, botânica e zoologia foram lecionados no primeiro anno letivo, provavelmente com o objetivo de proporcionar uma visão geral do curso ao aluno. A partir do segundo anno, os conteúdos se tornaram mais específicos para área da zootecnia, abordando o estudo de várias raças de animaes.

Nota-se, ainda, o estudo das farragenosas, do cuidado com o solo e o meio ambiente, do controle de pragas. As matérias oferecidas no terceiro anno se relacionavam especificamente à veterinária e ao emprego, manipulação de alimentos provenientes da produção animal.

É importante perceber que havia uma matéria específica para a higiene agrícola, ou seja, o conhecimento científico aplicado também na área de produção das fazendas, confirmando que também no meio rural havia a necessidade de tornar o ambiente mais higiênico, mais limpo, mais saudável, evitando, desta forma, a proliferação de doenças tanto para o homem quanto para os animais.

Outra matéria de igual importância foi a contabilidade agrícola, por meio da qual os alunos receberam orientações de como utilizar de forma racional e adequada os recursos provenientes da produção agrícola. Percebem-se nestas matérias dois pressupostos da modernidade: higienização dos espaços e do homem; e a racionalização e otimização dos recursos e do trabalho, ideias estas que pertenciam ao pensamento progressista e capitalista instalado na Primeira República.

Apesar das dificuldades encontradas, com relação às aulas práticas, observa-se que a proposta curricular foi indicada como tendo sido cumprida, conforme notícia veiculada por jornal local: “[...] Todos os cursos foram esgotados com muita largueza sendo os respectivos programas aprovados pelo Governo e pelo Superintendente que merecia-lhes a maior confiança” (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899).

**Quadro 2 - Grade curricular do Instituto Zootécnico de Uberaba, 1896.**

Ano	Matérias	Aulas de trabalhos práticos	Duração das aulas práticas
1º	Zoologia e Zootecnia Geral; Botânica; Física Elementar e Meteorologia; Elementos de Mineralogia e Geologia; Química Mineral Elementar.	Determinação prática dos minerais e rochas mais comuns; Determinação das plantas mais usuais na agricultura; Preparações e experiências simples de química; Montagem, uso e emprego de máquinas agrícolas; Penso de animais; Trabalhos de cultura.	2 horas ou mais por dia, conforme o tempo e a estação.
2º	Zootecnia Especial, particularmente Estudo de bovinos, ovinos, equídeos, suínos e caprinos; Agrologia e Agricultura Geral; Cultura das plantas forraginosas; Drenagem e Irrigação; Química Biológica e Agrícola.	Preparações e análises químicas; Penso de animais; Trabalhos de cultura.	3 horas ou mais por dia, conforme o tempo e a estação.
3º	Higiene Agrícola e Arte Veterinária; Tratamento das moléstias mais vulgares; Sericultura, Avicultura e Apicultura; Viticultura; Indústria dos laticínios; Criação de vacas de leite; Preparação e conservação da carne; Contabilidade agrícola; Agrimensura.	Prática de Veterinária; Preparação de laticínios; Penso de animais; Trabalhos de Cultura; Prática de Viticultura; Prática de Agrimensura.	4 horas por dia, conforme o tempo e a estação.

Fonte: JORNAL MINAS GERAES (1896).

Duas matérias oferecidas no último ano merecem atenção: sericicultura<sup>6</sup> e viticultura<sup>7</sup>. Nota-se que na sericicultura houve uma abordagem apenas teórica, pois não consta, na grade curricular, momento destinado à aula prática da mesma. Quanto à viticultura, vê-se a ocorrência de aula teórica e a prática.

Acerca do oferecimento dessas duas matérias surge uma reflexão: por que oferecê-las num curso cuja região foi, eminentemente, voltada para a produção pecuária numa escola cuja qualificação que se pretendia era dar aos alunos os conhecimentos científicos para a melhoria da genética, principalmente, do rebanho de gado Zebu?

A palavra disciplina, tal como se conhece hoje, é uma criação recente. Na França, por exemplo, só é registrada após a Primeira Guerra Mundial, mas guarda a ideia de sua origem: disciplinar, ordenar, controlar. Para Chervel (1990, p.177-229), a disciplina é o prego que a sociedade paga à cultura para passá-la de uma geração à outra.

Mais especificamente, é preciso analisar a constituição de uma disciplina escolar como “produto e processo que impõem significado às práticas humanas” (MENEGAZZO, 2001), isto é, como cultura. Analisando tais matérias, percebe-se que o Instituto Zootécnico possuiu uma “cultura escolar” para a sua época, pois tinha um espaço específico para realização das suas atividades e um corpo docente próprio. Esses elementos constituem a base para a análise das práticas que permitiram a transmissão de conhecimentos e a inculcação de condutas e valores.

A disciplina escolar seria resultado da passagem dos saberes da sociedade por um filtro específico, a tal ponto que, após algum tempo, ela pode não mais guardar relação com o saber de origem. Analisando tais disciplinas do ponto de vista de uma cultura escolar, Julia (2001, p.11) descreve que a constituição de uma cultura escolar exigiu três elementos essenciais: um espaço específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional próprio. Desta forma, de acordo com os autores citados acima, pode-se pensar que houve, no Instituto, uma cultura escolar, mesmo que isso não tivesse tão claramente definido, como o é nos dias atuais.

É importante destacar que as aulas práticas não eram utilizadas, pelo professor, somente como recurso didático, mas também como uma forma efetiva de avaliação dos conhecimentos adquiridos e, ainda, uma forma real de inserção dos alunos na sociedade que se utilizou dos conhecimentos científicos por eles adquiridos quando, por exemplo, compravam hortaliças e outros produtos no Instituto Zootécnico. As aulas práticas ocupavam boa parte do tempo dos alunos, fazendo com que os mesmos voltassem para casa somente por volta das quatro horas da tarde (GAZETA DE UBERABA, 13/08/1899). O período de aula era interrompido apenas pelo intervalo do almoço e pela troca de professores.

Observando a grade curricular do Instituto Zootécnico, percebe-se que as aulas práticas permearam toda a formação educativa do curso, o que se remete ao conceito de escola do trabalho, “que deve ser entendida como processo social complexo, agir humano, movimento de idéias e ações que acompanham a introdução do trabalho na escola como um princípio educativo” (CIAVATTA, 2007, p.126). Para Gramsci (1982):

---

<sup>6</sup> S. f.- Sericicultura: cultura do bicho-da-seda; ato de preparar e fabricar a seda.

<sup>7</sup> S. f. – Viticultura: cultura de vinhas.

A *escola do trabalho* seria a escola *desinteressada* do fazer mediado, a escola voltada para a ciência, a técnica, o mundo da história e das artes, na qual seriam formados homens *omnilaterais*, isto é, produtores e, ao mesmo tempo, dirigentes. Para tanto, nessa escola, o trabalho deve alcançar uma dimensão intelectual, propiciando a libertação do produtor da unilateralidade e da restrição de seu ofício particular, convertendo-o em um ser político, capaz de governar (GRAMSCI, 1982).

Ainda Segundo Gramsci (1982), ao mesmo tempo em que sofre a ação dos intelectuais, a escola é a principal agência da sociedade civil de formação de intelectuais, de modo especial a preparação de intelectuais organicamente ligados à classe burguesa, responsáveis pela manutenção do “*status quo*” e pela transformação da cultura dominante em senso comum. Em outras palavras, no sistema educacional burguês tradicional são formados os intelectuais orgânicos da classe burguesa, que contribuem para a manutenção da hegemonia, fornecendo cimento ideológico aos estratos dominantes.

Essa forma de ação educativa é o que proporciona no homem a formação de verdadeiros intelectuais, diferentemente da proposta da maioria das faculdades existentes à época, cuja premissa era a formação de doutores (médicos) e bacharéis. Conforme ressalta Azevedo (1963, p.577), “eivar a dignidade social, dar-lhe um título e abrir-lhe, com a inclusão em uma das profissões intelectuais, o acesso ao jornalismo e às letras, aos cargos administrativos e às atividades políticas”.

Com relação à forma de avaliação, observando o Regimento Interno e as leituras constantes nos cadernos de notas dos professores (encontrados no Arquivo Público Mineiro), nota-se um rigoroso sistema. Na figura 2 pode-se ver como eram lançadas as notas dos alunos. Os jovens eram avaliados em cada disciplina, ou matéria, por meio de exames, cujas notas variavam de 0 a 20 nas provas escritas, práticas e orais.

Médias (Classificação na aula)	
1 Militino Souto de Carvalho	16,37
2 Delcídes	16,12
3 Sr. Ignacio Souza Lima	15,50
4 José Maria dos Reis	15,37
5 Fidelis Gonçalves dos Reis	15,25
6 Hildebrando	13,25
7 Octavio	12,00
8 Gabriel Laurindo de Saiva	10,75

O lente de geometria  
Ricardo Simões Faria de Andrade

Figura 2 - Caderno de notas dos alunos

Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura SA- 139 Arquivo Público Mineiro, 1898

Os estudantes que obtivessem uma nota média, de pelo menos 10 pontos, podiam submeter-se ao exame final, que também tinha o valor de 20 pontos. Era considerado reprovado o aluno que não atingisse os 10 pontos mínimos, ou ainda que atingisse a nota 5 no exame final. Ainda de acordo com o art.110 do Regulamento Interno, havia a possibilidade de o aluno fazer uma prova de segunda época, cuja nota poderia substituir a da primeira avaliação se esta tivesse sido inferior a 5 pontos (MINAS GERAES, 1896).

Quanto ao plano de aula, este é um instrumento didático de que o professor dispõe para organizar o conteúdo a ser ensinado durante o tempo específico destinado a uma aula. Por meio dele o professor se orienta quanto ao caminho que deve percorrer para ministrar certo conhecimento aos alunos. Os professores do Instituto Zootécnico utilizaram desse instrumento, conforme apresentado a seguir.

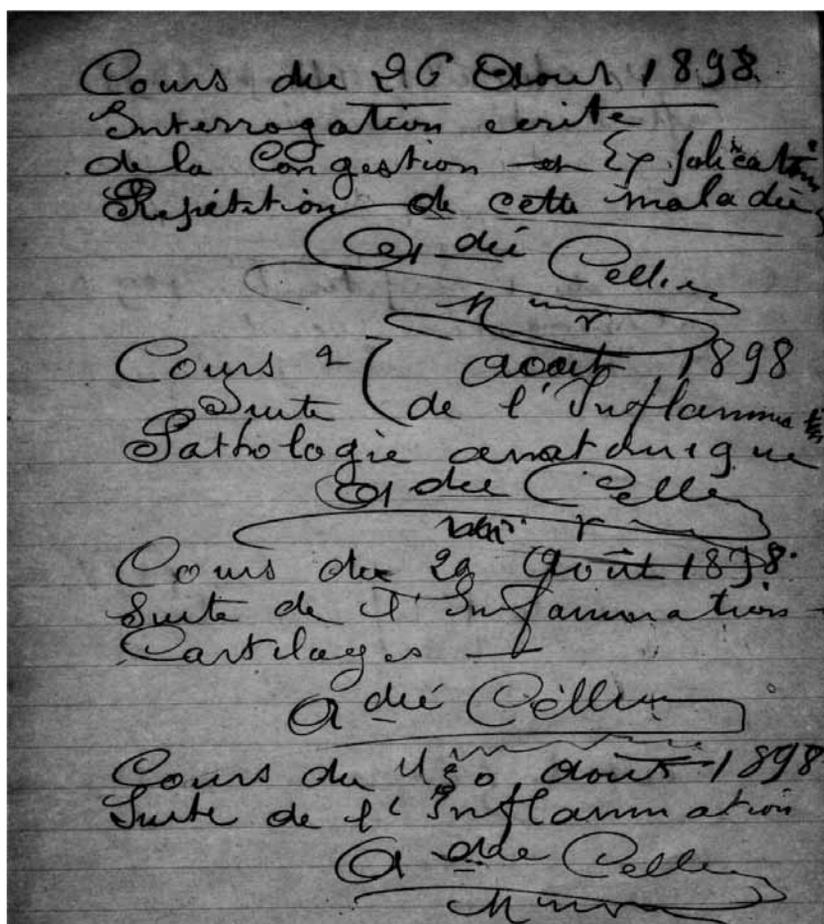


Figura 3- Plano de aula de Patologia – 1898 - Professor Amedeé Cellier  
 Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura - SA 139 - Arquivo Público Mineiro

Usando uma forma simples, como anotações em um caderno, os professores registravam cada item que era ensinado na aula daquele dia, as notas dos alunos após a arguição oral, bem como as faltas dos mesmos. Posteriormente, as notas e as faltas eram lançadas em livro próprio, sob a guarda da secretaria do Instituto, o qual era encaminhado, periodicamente, à Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais.

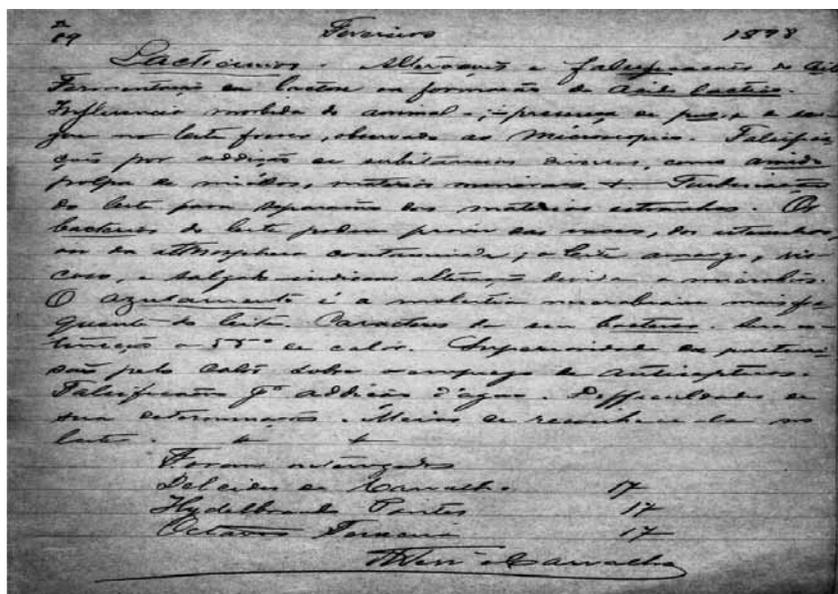


Figura 4- Plano da aula de Laticínios – 1898 - Professor Ricardo Ernesto de Carvalho  
Fonte: Livro da Secretaria de Agricultura-SA139-Arquivo Público Mineiro

Durante a análise das fontes foram encontradas, em vários ofícios endereçados ao secretário de Agricultura, solicitações de aquisição de matrizes de gado, caprinos e equinos, para que os alunos pudessem ter as aulas práticas. Havia, ainda, nos documentos, indícios de desconsideração para com manutenção dos princípios educacionais dos alunos, no que se refere aos recursos financeiros solicitados para investimentos nas aulas práticas. Percebe-se que muita dessa escassez foi suprida pelos fazendeiros, que cediam seus próprios animais para que os alunos fizessem seus estudos.

Mesmo em face das dificuldades relatadas, em outubro de 1896, no segundo ano de funcionamento do Instituto, os alunos fundaram um grêmio intitulado “Grêmio Agro Científico dos Estudantes do Instituto Zootécnico”, cujo primeiro presidente foi Militino Pinto de Carvalho. O objetivo desses jovens ao fundar o grêmio era lutar pelos interesses do estabelecimento, e ainda:

[...] proporcionar aos seus associados leituras sobre os assumptos que dizem respeito às matérias do curso agrícola e exercital-os na tribuna por meio de conferencias e na imprensa por meio de uma revista sobre aquelles mesmos assumptos. O Grêmio se propõe também a fundar um núcleo de uma bibliotheca para a qual pede donativos; a bibliotheca será de publica consulta (SÃO PAULO E MINAS, 25/10/1896, p.2).

A proposta dos alunos quanto à fundação desse Grêmio indica que o ensino estava a serviço da modernidade, pois por meio dele seria possível disseminar aos leitores, provavelmente produtores rurais, as técnicas modernas de produção rural. Percebe-se, novamente, o conhecimento científico sendo colocado à disposição do sistema capitalista.

Um ano após a fundação do Grêmio, em 1897, os mesmos alunos fundaram o primeiro jornal agrícola, intitulado *Revista Agrícola*, que, segundo a imprensa local da época, tratou-se de importante periódico que levou conhecimento científico aos produtores e agricultores:

Uma pleiade de moços estudiosos, auxiliados por mestres dedicados da ciência agrícola, quaes são os ex-lentes do Instituto Zootechnico, mantiveram durante um anno, à custa de inauditos sacrifícios e perseverança, a *Revista Agrícola*, cuja distribuição se fez em escala conveniente e ininterruptamente durante aquelle período, apontando sempre as causas do nosso atraso em materia agrícola e pastoril e aconselhando os remédios que no caso urgiam (GAZETA DE UBERABA, 09/07/1899, p.1).

Devido às dificuldades financeiras por que o Instituto passou, em 1897, os custos para a publicação desta revista foram mantidos pelos próprios professores, que continuaram, juntamente com os alunos, a colaborar para que os produtores rurais tivessem acesso ao conhecimento da ciência agrícola.

Hildebrando Pontes, um jovem aluno e colaborador da revista, declarou: “Foi nesse jornal que pela primeira vez escrevi para o público. Eram artigos de agrimensura e zootecnia” (PONTES, 1978, p.5). Percebe-se, pela fala do jovem escritor, que este periódico pautou-se na publicação de assuntos pertinentes à produção local, especialmente a zootecnia.

Outra importante contribuição à comunidade uberabense foram os artigos redigidos numa coluna intitulada *Chronica Agrícola*, publicada periodicamente no Jornal Gazeta de Uberaba, especialmente durante todo o ano de 1898. Nesta coluna eram divulgadas as orientações técnico-científicas para diversas culturas, como mandioca, forragens dos pastos, controle de doenças no gado e outros assuntos. A produção jornalística proporcionou aos alunos uma formação omnilateral, abrindo-lhes o caminho para atuação, inclusive política.

A constante interação com a comunidade foi um fator importante na vida dos alunos do Instituto Zootécnico, que, mesmo tendo funcionado num breve período de tempo, foi muito significativo para promover transformações na produção agrícola, conforme pode ser constado no relatório do diretor Draenert, quando declara: “Não foram tão poucos os visitantes do Instituto Zootechnico, principalmente lavradores. No respectivo livro de visitas, desde 1 de abril de 1897 até 10 de setembro de 1898, se acham inscriptos 132 nomes” (GAZETA DE UBERABA, 03/09/1899, p.1). Nota-se que a comunidade, especialmente os lavradores, se utilizou da assistência técnica recebida por parte do corpo docente e discente do Instituto Zootécnico.

### Considerações Finais

Os dois últimos decênios dos oitocentos foram um período de eventos significativos na História do Brasil, dos quais, dois deles merecem destaque: a abolição da escravatura e a proclamação da República. A abolição da escravatura (1888) promoveu um impacto social, econômico e político, pois os grandes produtores rurais perderam a mão-de-obra produtiva para o trabalho na lavoura.

Com relação aos resultados, ressalta-se a importância da criação do Instituto Zootécnico de Uberaba, no sentido de ter contribuído para a modernização do trabalho rural no município. A comunidade uberabense formada por produtores agrícolas ganhou grandemente em sua forma de produção, a partir dos estudos e técnicas desenvolvidas no Instituto Zootécnico. Por outro, a cidade se desenvolvia juntamente com a chegada dos vários imigrantes e migrantes comerciantes e industriais que aqui se instalavam em busca de prosperidade para seus negócios.

Foi nesse contexto de abertura para a educação, que Minas Gerais promoveu uma ampla reforma educacional, por meio da Lei 41 de 3 de outubro de 1892. Nessa nova legislação, foi criado o Instituto Zootécnico de Uberaba, que teve suas atividades iniciadas em 1895. Em 1894 foi realizado o processo seletivo dos alunos, e organizou-se a primeira turma, que foi composta por vinte e um alunos. Foi adquirida a Chácara Boa Vista e feitas as adequações físicas necessárias para que aquele local abrigasse a referida escola, e também se procedeu à contratação dos funcionários e corpo docente.

Durante o período de três anos, entre 1895 a 1898, as atividades acadêmicas do Instituto foram parcialmente consolidadas. A escola oferecia aulas teóricas no período da manhã, e práticas à tarde, proporcionando aos alunos uma educação dentro dos pressupostos pedagógicos que permeavam a Primeira República, ou seja, o ensino teórico aliado ao prático, para uma formação integral do educando.

Para a autora desta pesquisa, a abertura dessa escola foi relevante para que a classe de produtores rurais alcançasse o objetivo de proporcionar aos seus filhos a possibilidade de obterem um diploma de curso superior.

#### Referências:

- AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1963.
- BOURDÉ, G. & MARTIN, H. **As escolas Históricas**. S.l.e., Portugal: Publicações Europa-América, *s.d.*.
- BUFFA, Ester. **História e filosofia das instituições escolares**. In: Araújo e Gatti Junior (Orgs) **Novos Temas em História da Educação Brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: Edufu– (Coleção memória da educação).2002. pp. 25-38.
- CARVALHO, M.C. **Reformas da Instrução Pública**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003 p.225-251.
- CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. **Teoria e Educação**. Porto Alegre: Panonica, n° 2. 1999.
- CUNHA, L.A. **Ensino superior e universidade no Brasil**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. p. 2003)151-204.
- FARIA FILHO, L.M. **Instrução elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. p. 2003. 135-151.
- FRIGOTTO, G.(Org) **Educação Profissional e Tecnológica – memórias contradições e desafios**. Ed. Essentia. Campos de Goytacazes. 2006.
- GONDRA,J.G. **Medicina, higiene e educação escolar**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003 p. 520-550
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. . 1982.
- JULIA, D. **A cultura escolar como objeto histórico**. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, 2001 n° 1, p. 9-45.

MENEGAZZO, M. A. **Cultura e língua portuguesa**. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional de Estudos da Linguagem. Campo Grande: UFMS (mimeo). 2001.

MOACYR, P. **A Instrução e o Império**. v.I. Reformas Benjamin Constant (1890-1892) Rio de Janeiro: imprensa nacional. 1941.

NAGLE, J. **A educação na Primeira República**. In: FAUSTO, Boris (org.). História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. 4. Ed. t. III 2.v. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.

\_\_\_\_\_. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, EDUSP. 1974

REYNOLD, J. D. **Les régulations dans les organisations: regulation de contrôle e de atunome**. Revue Française de Sociologie, XXI 1- p. 5-18. 1988.

PETRONE, M. T. S. **Imigração**. In O Brasil Republicano. Tomo III Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985 p. 92.

VEIGA, C. G. **História política e história da educação**. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Orgs). História e Historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

VIDAL.D. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de educação. Maio-agosto, n° 014. Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo. 2004 p. 19-34.

VIÑAO FRAGO, A. **Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes**. In: FERNANDEZ, Celso Almuinã et al. Cultura y Civilizaciones/ III Congreso de la Asociación de Historia Contemporânea. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico. Universidad de Valladolid, 1998 p.167- 183.

XAVIER, M.E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas: Papirus. 1990.

WARDE, M. J. **Educação e Estrutura Social: a profissionalização em questão**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1979.

## JORNAIS

JORNAL GAZETA DE UBERABA, Uberaba, MG, Edições de 1884 a 1900.

MINAS GERAES, 03/01/1895, p.5.

JORNAL CORREIO CATÓLICO, 1892.

## LEIS

DECRETO N° 975, DE 27 DE OUTUBRO DE 1896.

LEI 41, DE 03 de AGOSTO DE 1892.